

Despensar a colonialidade: desarticulações narrativas para ensaiar a crítica decolonial

Letícia Fonseca Richthofen de Freitas¹

Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil

Eduardo Espíndola Braud Martins²

Universidade Federal de Rondonópolis, Rondonópolis, MT, Brasil

José Sena³

Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, PA, Brasil

Resumo: Com base na articulação de três olhares sobre a crítica da colonialidade, o presente artigo dispõe no mesmo texto aspectos fundamentais para (des)pensar a colonialidade, sem impor uma coerência lógica ou um caminho linear entre eles, como a própria experiência decolonial nos provoca. Estimulando reflexões e diálogos sobre “decolonizar o humano”, “o protagonismo da narrativa na crítica decolonial” e “uma crítica contra colonial”, apontamos conceitos e debatemos sobre o enfretamento da racionalidade colonial, a insistência na produção de novas e subversivas narrativas diante das hegemonias atuais e a radicalização da crítica em apostas de enfretamento mais direto aos problemas estruturais de um mundo forjado na colonização/colonialidade.

Palavras-chave: Colonialidade; Decolonialidade; Narrativa; Contra Colonialidade.

Title: Unthink Coloniality - narrative speculations towards a critical decoloniality

Abstract: Based on three different perspectives on the critique of coloniality, this article presents fundamental aspects for (un)thinking coloniality, without imposing a certain logic or a linear path among them, as the decolonial experience itself provokes us. Stimulating reflections and dialogues on “decolonizing the human”, “the protagonism of narrative in decolonial criticism” and “a counter-colonial critique”, we point out concepts and debate on resisting colonial rationality, on the insistence on the production of new and subversive narratives in face of current hegemonies and on the radicalization of academic

¹ Professora do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) e do Centro de Letras e Comunicação da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Graduada em Letras (PUCRS), possui Mestrado e Doutorado em Educação (PPGEDU/UFRGS) e estágio pós-doutoral em Linguística Aplicada na UFRJ. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3544-7633>. E-mail: leticia.freitas@ufpel.edu.br.

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) e do Curso de Letras - Inglês da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR). Graduado em Letras - Português/Inglês (UFMS), Mestre em Estudos de Linguagens (UFMS) e Doutor em Linguística Aplicada (UFRJ). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8357-4952>. E-mail: eduardo.espindola@ufr.edu.br.

³ Doutor em Linguística Aplicada pela UFRJ, é bolsista CAPES em estágio Pós-doutoral pelo Museu Paraense Emílio Goeldi, onde atua como professor e pesquisador do Programa de Pós-graduação em Diversidade Sociocultural (PPGDS/MPEG). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4422-8800>. E-mail: senagoeldi@gmail.com.

thought in order to promote a more direct confrontation with the problems of a world forged in colonization/coloniality.

Keywords: Coloniality; Decoloniality; Narrative; Anti-colonialism.

Articulando o dispensar

Possivelmente, um dos grandes ganhos da crítica decolonial seja a sua capacidade de nos estimular a reflexão para além dos limites disciplinares e acadêmicos que costumam moldar a produção de conhecimento científico. Esse estímulo tem possibilitado a muitas de nós, inclusive, realizar autocrítica e nos mobilizar para lugares desconhecidos, inseguros ou imprevisíveis, o que parece ser fundamental quando nos deparamos com um mundo social cada vez mais complexo e surpreendente, seja para eventos problemáticos, seja para momentos de esperança.

Nesse sentido, praticar o pensamento decolonial envolve um engajamento epistemológico que também é político, uma vez que produção de conhecimento e ação social são vistos como indissociáveis – pensar (n) o mundo é também agir sobre ele, buscando alternativas para construir outras formas de vida em conjunto e lutar contra as formas de opressão e apagamento herdadas do processo colonial.

Foi pensando nessas questões que o presente texto reúne três modos diversos de pensar ou de dialogar com a decolonialidade, atravessando eixos fundamentais dos regimes que configuram a lógica da estrutura colonial: a ideia de humano, as narrativas e a prática. Cada um desses tópicos foi desenvolvido por um(a) dos(a) autores(a) deste artigo, formando uma articulação que é, ao mesmo tempo, unificadora e desconexa, feito desta maneira justamente para “dispensar” a colonialidade e suas formas de manifestação do pensamento – sempre coesas e acabadas.

Insistindo então em uma descolonização do pensamento (VIVEIROS DE CASTRO, 2015), este texto está tecido enquanto um projeto em aberto, nem fechado nem finalizado, no qual a desconexão é parte do argumento contra as formas coloniais e também projeto de pensar em conjunto, sem abrir mão da unidade de cada proponente: n-1 (DELEUZE; GUATTARI, 1995). Por apostar nessa multiplicidade como aparato decolonial, também não propõe uma conclusão, permanecendo destampado para que mais acoplamentos se façam no seu tecer e, assim, o projeto colonial possa ser confrontado ao se deparar com essa pluralidade.

Sem considerações finais, na aposta de um inacabamento propositivo, o texto entrega aos leitores e leitoras a possibilidade de dar continuidade não-linear ao nosso exercício de dispensar a colonialidade e sua crítica, assim como gerar novas e imprevisíveis narrativas que exercitem esperar o presente.

Decolonizar o humano

O colonialismo foi um projeto de expansão imperial voltado à propagação de uma singularidade, universalidade e hegemonia dos modos de vida e pensamento europeus. Para que este movimento produzisse e alastrasse uma série de visões únicas e universais sobre o mundo e seus habitantes, bem como a maneira de agir a partir de tais percepções, houve o desenvolvimento, segundo Quijano (2000), de uma estrutura complexa para a gerência e o controle desse plano de dominação: a matriz colonial do poder (MCP).

São quatro os domínios principais da MCP: conhecimento, governo, economia e humanidade, todos altamente interligados. O conhecimento diz respeito à forma como o “saber” foi transformado, dentro de esquemas institucionais, em uma relação sujeito-objeto na qual o “sujeito” configura um indivíduo dissociado do mundo e hierarquicamente superior, o qual consegue, com seu “distanciamento científico”, descrever um objeto de modo tão preciso e concreto – tal qual ele “é”, o que acaba por construir essa mesma ontologia e epistemologia. Quijano (2000) exemplifica esse ponto fazendo referência a disciplinas como a Etnologia e a Antropologia, que se voltavam a estudar povos tidos como socialmente inferiores na relação estabelecida entre pesquisador (sujeito) e pesquisado (objeto). A isso se somou ainda a ideia de que a investigação científica visa a alcançar uma “totalidade do conhecimento”, isto é, a crença de que determinado saber – ou mesmo o conhecimento como um todo – pudesse chegar a um esgotamento caso fossem “representadas” todas as características de um certo objeto de estudo.

O governo, por sua vez, diz respeito ao desenvolvimento dos Estados-Nações e os processos de homogeneização territorial e subjetiva produzido no decorrer da gestão e controle dessas estruturas – tão totalizantes (e totalitárias) quando os esquemas que configuram o modo de produção de conhecimento colonial. Quijano (2000, p. 227-228) afirma que esse processo tem um movimento histórico duplo:

Começou como uma colonização interna de povos com identidades diferentes, mas que habitavam os mesmos territórios convertidos em espaços de dominação interna, ou seja, nos mesmos territórios dos futuros Estados-Nações. E continuou paralelamente à colonização imperial ou externa de povos que não só possuíam identidades diferentes das dos colonizadores, mas também habitavam territórios que não eram considerados espaços de dominação interna pelos colonizadores, ou seja, não eram os mesmos territórios dos futuros estados-nações dos colonizadores.

A consolidação de um Estado-Nação é o que permite a um determinado território afirmar-se como unificado e singular, com uma identidade própria, e a defender a existência de “uma nação, um povo, uma língua”, ideal de nacionalismo e patriotismo comumente associado ao filósofo alemão Johann Gottfried Herder (Fabrício, 2016). O colonialismo, nesse sentido, foi um processo orientado a transformar todo o globo em um conglomerado de Estados-Nações, e ao estabelecimento dos habitantes legítimos de cada um desses territórios – os únicos a possuírem participação social e política, o que ocorria ao mesmo

tempo em que outros grupos eram relegados a condições de extrema precariedade, exploração e extermínio, como ocorreu com índios, negros e mestiços no Cone Sul das Américas (QUIJANO, 2000).

A economia diz respeito à construção do modo capitalista de vida atual e às relações de trabalho estabelecidas a partir dessa lógica universal de exploração de recursos e pessoas, produção de riqueza e acúmulo de bens. Mignolo e Walsh (2021, p. xi) argumentam que “o Estado-nação e a economia capitalista estão hoje entrincheirados em todo o planeta”, configurando um padrão global de controle do trabalho, recursos e produtos.

Por fim, o humano. A ideia de “humanidade”, bem como de “natureza humana”, foi uma concepção colonial estabelecida após a Renascença e embasou a ideia de que existiam “humanos” mais “humanos” que outros. O “humano”, no caso, configura única e exclusivamente o dito homem branco, cisgênero, heterossexual, cristão, burguês e europeu, e qualquer subjetividade não alinhada a tais descritores é automaticamente inferior e desqualificada. Essa noção é intrinsecamente interligada aos outros pilares da matriz colonial do poder: esse homem é o único ser capaz de produzir a mais pura e verdadeira racionalidade, comandar uma nação e produzir riqueza, isto é, o projeto colonial pressupõe um ideal de “humano” da qual todas as outras estruturas se valem para erguer e gerir suas engrenagens. A exploração a outros povos se deu – e se dá – também com base nessa mesma produção, como bem assinalam Mignolo e Walsh (2018, p. 158):

Quando os cristãos encontraram terras e povos que não conheciam e batizaram o povo de índios e a terra de índias, e quando mais tarde no século XVI começou o tráfico de africanos escravizados, foi necessário situar o humano e a humanidade em relação aos povos que a Bíblia não deu conta, e em relação aos massivos contingentes de africanos escravizados deslocados para as Índias Ocidentais. Se os habitantes das Índias Ocidentais se tornaram índios, os africanos escravizados tornaram-se negros e, portanto, seres inferiores em relação ao protótipo do humano (branco). Enquanto na Europa o racismo se manifestava na esfera da religião, no Novo Mundo (Índias Ocidentais e depois na América) o racismo se instalava na esfera secular, com pessoas que, segundo os cristãos, não tinham religião.

O conceito de “humano” é, portanto, o resultado de uma série de práticas discursivas realizadas por aqueles que se identificam como tal e que projetam tal ontologia em escala universal. É essa ideia de humano que administra todas as maneiras de ser e agir se nossas subjetividades, regulando nossos corpos e estipulando as classificações e limites de nossos gêneros, sexualidades, raças, espiritualidades, desejos, moralidades e as relações que tecemos com outros seres a partir dessas rotulações.

O mais perigoso na construção e alastramento desse ideal humanístico é a capacidade de tal conceituação ser tida como dada, isto é, como algo que existe por si só, escapando dos confins da história e da linguagem e configurando assim a mais pura verdade e originalidade. O conhecimento foi um dos pilares mais importantes da matriz colonial do poder para alcançar tal feito, pois desenvolveu a racionalidade necessária para que esse humano existisse como tal, sem que haja quaisquer dúvidas sobre sua existência ou

veracidade. É por isso que é tão difícil questionar a essência desse humano ou situá-lo em um contexto sócio-histórico: é como se estivéssemos a indagar sobre uma determinada “obviedade” que “é o que é” – a humanidade se funde à ideia de “natureza” e ambas se tornam uma coisa só.

Nesse sentido, Mignolo e Walsh (2021, p. 427) argumentam que “a ideia de que o Homem/Humanidade é uma entidade que preexiste a narrativa que constitui sua ontologia nos previne de perguntar quem foi e continua a ser desconsiderado em nome desse mesmo Homem/Humanidade”. Foi com base nisso que o racismo e a escravização de pessoas negras foi justificado e praticado, bem como o genocídio de populações indígenas. A criação colonial do humano permitiu que muitas realidades sociais e formas de vida e entendimento fossem apagadas, pois o que contava como único e válido era somente a narrativa europeia – destituídas todas as outras, não haveria caminhos ou motivos para interrogar aquilo que se estabeleceu como universal. O exercício decolonial está voltado, portanto, à percepção dessa ficção humana e ao desembaraçamento de seu fio narrativo, para que se enxergue quais os efeitos opressivos gestados e gerados – no âmbito racional, social, político, e subjetivo – por esse projeto de dominação universal.

É por isso, segundo McEwan (2018, p. 380), que o pós-colonialismo “está preocupado com o poder racial e as inúmeras maneiras pelas quais grupos de pessoas foram e continuam a ser designados fora da categoria de humanos”. Para que seja possível entender tal processo, é necessário decolonizar o humano, removendo-o de seu pedestal de singularidade e situando-o enquanto uma produção histórica e discursiva. Enxergar a “natureza humana” como uma produção e não como uma ontologia intrínseca ao “ser”. Entender que a visão de que algo é “natural ao (sic) homem” não passa do produto desse grande edifício que é a matriz colonial do poder, o qual nos impede de investigar mais a fundo qual é a trajetória daquilo que estamos considerando como a mais pura essência ou verdade e, principalmente, o que e quem estamos deixando de fora disso. Para Mignolo e Walsh (2018, p. 17):

A decolonialidade denota formas de pensar, saber, ser e fazer que começaram e precederam o empreendimento colonial e a invasão. Implica reconhecer e desfazer as estruturas hierárquicas de raça, gênero, heteropatriarcado e classe que continuam a controlar a vida, o conhecimento, a espiritualidade e o pensamento, estruturas claramente entrelaçadas e constitutivas do capitalismo global e da modernidade ocidental. Além disso, é indicativo da natureza contínua das lutas, construções e criações que continuam a funcionar dentro das margens e fissuras da colonialidade para afirmar o que a colonialidade tentou negar.

Devemos estar atentos – e fortes –, então, para todos os processos coloniais que enclausuraram nossas subjetividades e maneiras de vida em esquemas de conhecimento (razão), governo (Estado), patrimônio (capital) e humanidade (natureza). Precisamos romper, de maneira radical e definitiva, com as velhas dicotomias coloniais de natureza/cultura, nativo/estrangeiro, original/falso e inato/adquirido (HARAWAY, 1991), assim como reacoplar todas as coisas que foram excluídas e negadas nesse processo

(INGOLD, 2012; LATOUR, 2012), apostando em outras pluralidades e maneiras de ver, ser e interagir com a alteridade.

Destituir a racionalidade colonial europeia como única possibilidade de pensar e existir no mundo, o que Viveiros de Castro (2015) chama de “descolonização permanente do pensamento”, significa romper com esse alicerce humano, tão profundamente calcificado em nossas especulações ontológicas. Multiplicar as possibilidades de vida, insistir no diferente, no particular, no não-hegemônico. Privilegiar saberes locais, defender corporeidades subversivas, emaranhar-se no sujo, no “in-mundo” (ABRAHÃO *et al.*, 2014), no monstruoso. Como bem afirma Mombaça (2021, p. 73-74):

A luta da descolonização é sempre uma luta pela abolição do ponto de vista do colonizador e, conseqüentemente, é uma luta pelo fim do mundo – o fim de um mundo. Fim do mundo como o conhecemos. Como nos foi dado conhecer – mundo devastado pela destruição criativa do capitalismo, ordenado pela supremacia branca, normalizado pela cisgeneridade como ideal regulatório, reproduzido pela heteronormatividade, governado pelo ideal machista de silenciamento das mulheres e do feminino e atualizado pela colonialidade do poder; mundo da razão controladora, da distribuição desigual da violência, do genocídio sistemático de populações racializadas, empobrecidas, indígenas, trans e de outras tantas.

E uma vez que o exercício decolonial precisa insistir sempre no “desconhecer”, já que o “conhecimento” – tal como o “conhecemos” – está totalmente submerso no esquema da racionalidade colonial, precisamos lutar por espaços de prática e aprendizagem que indaguem barbaramente sobre o conceito de “formação humana”, questionando incessantemente o que é que está se “formando” e quem é esse “humano” privilegiado no ato de educar. A educação, nesse sentido, deve também se transformar em um local de enfrentamento para romper com a matriz colonial do poder e desvirtuar o próprio saber, abrindo caminhos para outros mundos possíveis, até então “desconhecidos”.

O protagonismo da narrativa na crítica decolonial

“As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar” (ADICHIE, 2019, p. 32).

Narrar o mundo, nossas histórias, nossas experiências, nossas lutas, nossas dores, nossas esperanças, isso nos constitui e constitui a nossa existência. Quando não nos é possibilitada a chance de narrar, ou nossa narrativa é silenciada e deslegitimada, nossa existência é mutilada. Pois bem, uma das maneiras de a colonialidade – de poder, de saber e de ser - estabelecer seus padrões de dominação se deu justamente a partir do apagamento das vozes, das experiências e das memórias dos povos colonizados, instaurando assim uma ordem que tem como pressuposição “o caráter universal da experiência europeia” (LANDER,

2005). É preciso, no entanto, a todo instante, relembrar o caráter radicalmente excludente de tal universalidade.

Nesse sentido, Mignolo (2016), ao tratar da colonialidade como sendo o lado obscuro da modernidade, aponta dois movimentos decisivos para o advento da modernidade e de sua consequente matriz colonial de poder: o primeiro dele diz respeito à ordem econômica, com o surgimento do capitalismo; o segundo é relativo ao campo epistemológico, considerando sobretudo a revolução científica. Entretanto, segundo o autor, uma terceira característica, que consiste em uma dimensão oculta e fulcral quando se considera esses dois movimentos, é justamente a “dispensabilidade (ou descartabilidade) da vida humana, e da vida em geral, desde a Revolução Industrial até o século XXI” (MIGNOLO, 2016, p. 4). Assim, tanto o conhecimento científico quanto a lógica econômica justificavam o racismo e a inferioridade de certas vidas, que eram (são) consideradas descartáveis.

A matriz colonial de poder, que sustenta essas exclusões, está ancorada no fundamento patriarcal e racial do conhecimento, e é composta por quatro eixos de controle: o da autoridade, o do gênero e da sexualidade, o do conhecimento e da subjetividade e o da economia (QUIJANO, 2007). O conhecimento, generificado e racializado, sustenta e alicerça, portanto, as exclusões, controlando praticamente todas as dimensões da vida social. Mignolo (2016, p. 8) evidencia diversas configurações desse controle, e pondera que as imagens produzidas por esses eixos eram (são) “construções narrativas, ou seja, eram supostamente realidades representadas no domínio do conhecimento, e o conhecimento era a ferramenta básica e poderosa usada tanto para controlar a autoridade quanto para ser transferida como mercadoria”.

Um dos mecanismos de resistência à colonialidade reside justamente em narrarmos o mundo de maneira a subvertermos a matriz colonial de poder, trazendo outras formas de ser e de existir que corroam seus fundamentos, fazendo emergir epistemologias outras (SOUSA SANTOS, 2019). Tal argumento pode soar pueril, sobretudo com o desgaste que temos assistido ao conceito de narrativa. Embora seja um campo de estudos fortemente embasado, com tradição de pesquisa em diversas áreas do conhecimento (LARROSA, 1995; WORTHAM, 2001; CONNELLY e CLANDININ, 2011; DE FINA e GEORGAKOPOULOU, 2012; FREEMAN, 2013; KIM, 2016; FREITAS e MOITA LOPES, 2017; MOITA LOPES, 2021; FREITAS e DIAS, 2021), o termo “narrativa” tem sido empregado, em anos recentes, de modo ínfimo e quase simplório.

Não é por acaso que nos últimos anos um movimento de extrema direita bastante organizado e agressivo tem surgido em muitos países, inclusive no Brasil, conseguindo, muitas vezes, “sequestrar” as discussões e distorcer alguns conceitos tão caros à democracia, atacando alguns dos avanços e dos direitos adquiridos a tão duras penas. Na agenda da extrema direita está justamente a investida contra as assim chamadas “minorias” e contra os movimentos que lutam por igualdade e por representatividade, utilizando, como um dos métodos, a tentativa de esvaziar a legitimidade dos estudos e das pesquisas que evidenciam como as desigualdades são estruturadas e como a matriz colonial de poder opera instituindo “verdades” que geram e que naturalizam tais desigualdades.

Esses movimentos de extrema direita têm sido parcialmente eficazes ao se apropriarem do argumento de que precisamos contar outras histórias e instituir narrativas outras, esvaziando o conceito e banalizando o termo narrativa. Dessa forma, é frequente ouvirmos ou lermos que algumas discussões constituem “guerra de narrativas”, quando na realidade estamos lidando, de um lado, com um conceito estabelecido, bem fundamentado e que tem por princípio estabelecer epistemologias outras, enquanto que do outro lado busca-se malograr uma discussão embasada em estudos largamente documentados e respaldados.

Ao enfraquecer o conceito de narrativa, a extrema direita tem por objetivo tentar pautar novamente “uma história única” (ADICHIE, 2019), um imaginário colonial que “surgiu da complexa articulação de forças, de vozes escutadas ou apagadas, de memórias compactadas ou fraturadas, de histórias contadas de um lado só, que suprimiram outras memórias, e de histórias que se contaram e se contam levando-se em conta a duplicidade de consciência que a consciência colonial gera” (MIGNOLO, 2005, p. 80-81).

Frente a isso, argumentamos no sentido de reafirmar a relevância do narrar como ato de resistência. Narrar o mundo de outra forma constitui mais do que um exercício subjetivo e individual; construir outros modos de existência possibilita subverter a matriz colonial de poder, seus saberes, seus poderes e suas histórias únicas e excludentes.

Uma visada contra colonial

O que de fato estamos dizendo/fazendo quando afirmamos nos engajar em uma “crítica da colonialidade” nas nossas vidas/pesquisas contemporâneas? De que posição social requeremos um lugar de criticidade? Quando o assunto é linguagem e educação, quais os projetos políticos/sociais orientam nossas visões de mundo? Que práticas nos mobilizam?

Iniciar esta seção com estas perguntas é uma forma de convidar as leitoras e os leitores a uma reflexão que não têm respostas fáceis, e que não serão encontradas nos rótulos “decoloniais” ou no conforto dos gabinetes de pesquisa. A sugestão seria que esta reflexão, a qual dialoga com o tema “perspectivas decoloniais para o ensino de línguas”, fosse uma crítica “radical”, mas ao deter atenção a esta escrita, e conversar com as/os intelectuais que estão no horizonte de reflexão deste debate, emergiu uma interpelação que questiona sobre o que é radical, sobre para quem algo é considerado radical. Certamente para uma ciência mais clássica, eurocentrada, masculina e branca, não é difícil identificar radicalidades, mas quando lançamos um rápido olhar sobre as experiências daqueles e daquelas que historicamente são colocados e naturalizados em domínios de subalternidade, especialmente na história do nosso país, entenderemos que radical é ter que lutar para permanecer vivo.

Pensando em tudo isso, é que as reflexões aqui expostas conduzem a ensaiar uma “crítica contra colonial” que nos ajude a pensar práticas de letramentos mais comprometidas (ou mais severas) com o enfrentamento do sofrimento humano, e que possa

aprofundar entendimentos sobre nosso papel social a partir dos diferentes lugares que ocupamos na produção de conhecimento.

Contra colonialidade

A contra colonialidade é uma práxis. Esse entendimento é um marcador decisivo para que não achemos, como alguns pesquisadores querem enquadrar, que a contra colonialidade é uma dimensão ou uma continuidade da crítica decolonial. Se formos nos deter com muita atenção ao que o quilombola Nego Bispo nos diz em sua produção, não se trata meramente de uma crítica, pois antes de tudo há uma práxis, uma fazer engajado em um projeto ancestral, político-social-cultural, uma cosmovisão que se entende, se articula e se efetiva em práticas.

Por isso, “Colonização, Quilombos” é uma produção tão contundente, e apesar de possuir pouco mais de 100 páginas, nos mobiliza a reflexão sobre os valores e as práticas que orientaram/orientam a visão dos colonizadores e dos povos colonizados. Para apresentar alguns aspectos do que é possível chamar neste texto de “crítica contra colonial”, com base na práxis contra colonial elaborada pelo quilombola Nego Bispo, consideramos fundamental situar o que entendemos por colonialidade. Para isso, acionamos o posicionamento do peruano Anibal Quijano (1992) quando argumenta que na base da colonialidade estão a raça e o racismo, a perspectiva de família burguesa e sua norma cisgênera, binária e heterossexual, reside também uma lógica de trabalho sob o regime capitalista, assim como, a submissão das colônias ao poder dos Estados-nação e a alienação/submissão da subjetividade pelo/ao eurocentrismo. Nesses termos, a colonialidade é um regime de dominação que articula diferentes e complexos campos da experiência humana, da economia à subjetividade.

Esse entendimento é determinante para compreendermos que quando Nego Bispo articula sua proposta contra colonial, ele quer enfatizar tudo aquilo que não pôde ser usurpado das populações não europeias ao longo da empresa colonial. Como se trata de uma práxis, então não estamos falando de um simples processo de descolonização, mas da manutenção de modos de vida que a colonialidade não pode aniquilar. Não queremos dizer com isso que seja possível ignorar as experiências cruzadas produzidas pelo contato intercultural, mas que há uma ênfase naquilo que pôde sobreviver e que orienta a cosmovisão daqueles entendidos por Nego Bispo como contra colonizadores.

Considerando que a luta contra a colonialidade é movimento inaugurado desde o colonialismo por “aqueles que não tinham nada a perder” (GONZALEZ, 2020), “todos os processos etnocêntricos de invasão, expropriação, etnocídio, subjugação e até de substituição de uma cultura pela outra, independentemente do território físico geográfico em que essa cultura se encontra” chamaremos colonização, e por contra colonização “todos os processos de resistência e de luta em defesa dos territórios dos povos contra colonizadores, os símbolos, as significações e os modos de vida praticados nesses territórios”. Assim, contra colonizadores serão “os povos que vieram da África e os povos

originários das Américas [e seus descendentes] ... independentemente das suas especificidades e particularidades no processo de escravização” (SANTOS, 2019, p. 35).

É nesse sentido, que dimensões axiológicas e práticas são articuladas de modos diferenciados entre colonizadores e contra colonizadores. Por isso, também, o fator racial entra de modo determinante, mobilizando com ele, domínios do gênero, das sexualidades, da classe social, dos modelos de organiza social, de produção e de organização do trabalho, das noções de nação/território, cosmovisão das subjetividades e seus fundamentos.

Ao realizar uma análise das Bulas papais, e outros documentos, Nego Bispo localiza um conjunto de orientações que revelam os poderes dados à igreja católica para como agir com os povos colonizados. Apesar desses documentos se referirem principalmente à igreja, Nego articula a reflexão para compreendermos que se trata de algo mais profundo, pois nessas orientações encontram-se os fundamentos ideológicos e valorativos dos povos colonizadores, seus princípios. Tal qual orientado em tais documentos, o que a história nos conta é a participação determinante das religiões de matriz judaico-cristã na exploração, desumanização e assassinato dos povos e culturas africanas e indígenas. Parte de diferentes níveis de violência, práticas de letamentos coloniais foram mobilizadas na catequização de indígenas e africanos, na naturalização da violência e dos racismos, inclusive na aniquilação das línguas faladas. Ainda hoje convivemos com a fantasia do monolíngüismo, quando temos mais de 200 línguas vivas no território nacional (MOITA LOPES, 2013).

Da política de morte da língua aos corpos, infelizmente, essa não é uma realidade de séculos atrás, pois a violência continua sobre diversos territórios quilombolas e indígenas em pleno século XXI⁴, isso para não falar do avanço de versões fundamentalistas de religiões de matriz judaico-cristãs que tem interferido, inclusive, na política de Estado.

Apesar da “radicalidade” desses dados, muitos de nós têm se conformado com os artigos produzidos com “teor crítico” e que circula nas mãos de meia dúzia de especialistas, e que em quase nada contribui para a demanda de uma luta que vale a vida de muitas pessoas, ou da maioria das pessoas de nosso país. Se a contra colonialidade enquanto práxis ainda é apenas uma utopia para muitos/as de nós, argumentamos que ela seja, pelo menos, articulada enquanto crítica severa aos problemas sociais e ao sofrimento humano. Se é verdade que a linguagem é protagonista na produção de significados e na construção da nossa experiência social (SENA, 2020a), então todos esses processos muito pontualmente apresentados aqui, precisam ganhar forma no nosso fazer científico e educativo.

Por isso, uma crítica contra colonial, deve se apoiar em uma prática contra colonial. É nesse sentido que Nego Bispo irá posicionar a visão de mundo dos contra colonizadores. De Quilombo dos Palmares a Pau de colher, o quilombola mostra que enquanto a colonização ocidental, europeia e norte americana se estabelecia e alienava parte da população brasileira, processos de luta de negros e indígenas se faziam/fazem continuamente. Nos fundamentos da visão contra colonial podemos localizar o entendimento do território como

⁴ Assunto amplamente debatido no Mestrado em Diversidade Sociocultural do Museu Goeldi, nos anos de 2021 e 2022, especialmente com base nos posicionamentos das/os discentes quilombolas e indígenas.

lugar de vida e não como mercadoria, assim como, uma visão de espiritualidade politeísta e tangível, pois deuses/as para esses povos estão em todos os elementos da natureza. Por deuses/as serem os elementos da natureza, uma outra relação se estabelece na exploração de seus recursos e nos usos dos territórios. Dentre variados elementos apontados por Nego Bispo, podemos entender que a práxis contra colonial está imersa em dinâmicas de alianças, busca de alternativas, estratégias de sobrevivência e busca de equilíbrio na diferença. Nesse sentido, ele argumenta:

...nós, povos contra colonizadores, temos demonstrado em muitos momentos da história a nossa capacidade de compreender e até de conviver com a complexidade das questões que esses processos tem nos apresentado. Por exemplo: as sucessivas ressignificações das nossas identidades em meio aos mais perversos contextos de racismo, discriminação e estigma; a readaptação dos nossos modos de vida em territórios retalhados, descaracterizados e degradados; a interlocução de nossas linguagens orais com a linguagem escrita dos colonizadores. Esses sinais indicam que ainda existem muitas possibilidades de convivência entre os diversos povos, que as tentativas de confluência presentes na Constituição Federal podem sim avançar, desde que haja por parte dos colonizadores um real esforço para que isso ocorra (SANTOS, 2019, p. 74).

Por isso, ao estabelecer a diferença entre povos colonizadores e contra colonizadores Nego apresenta duas categorias que podem nos ajudar a pensar alternativas para adiar o fim do mundo (KRENAK, 2019). Trata-se da confluência e da transfluência. Para ele, a confluência, como lei que rege a cosmovisão dos povos contra colonizadores, permite o reconhecimento da diversidade, sem com isso impedir a convivência entre os diferentes. Na confluência, os processos humanos, o que envolve sociedades, culturas, políticas, natureza etc., podem ser vistas como biointeração, pois “nem tudo que se ajunta se mistura, ou seja, nada é igual”. Diferentemente da transfluência, que orientada por uma cosmovisão monista, entenderá os processos humanos como decorrentes da aniquilação do diferente, pois “nem tudo que se mistura se ajunta” (SANTOS, 2019, p. 68).

Refletindo com Nego Bispo, questionamos sobre que projeto de sociedade visamos quando articulamos nossas pesquisas, nossas aulas, a literatura científica que lemos. Que crédito damos para intelectuais fora das hegemônias raciais, de classe, gênero/sexualidades, por exemplo? O quanto nossas visões de produção de conhecimento, metodologias estão colonizadas? É pensando nesse horizonte mais amplo onde se localizam nossas ações de pesquisa, crítica e produção de saberes que esperamos por uma mobilização que vise ouvir as demandas da vida social e do sofrimento humano, para além de nossas bolhas sociais.

Contra colonizar os letramentos?

É possível contra colonizar na urbe? Longe das lutas diretas no campo ou na periferia das grandes cidades, nos enfrentamentos que podem custar vidas, é possível pensar uma

crítica contra colonial? Pensando nessas indagações, argumento que sim, é possível pautarmos e mobilizarmos produção de conhecimento que esteja a serviço da diversidade, da convivência das diferenças e do combate ao sofrimento humano.

Nesse sentido, o campo dos estudos de letramentos tem sido terreno fértil para pensar educação e linguagem, e mobilizar no campo das Letras e áreas afins processos críticos e educativos que coloquem no protagonismo temas e experiências sociais que precisam ser pensadas cada vez mais pela sociedade. Muitos trabalhos têm sido desenvolvidos no âmbito de letramentos de reexistência (SOUZA, 2011), de letramentos raciais críticos (FERREIRA, 2022), letramentos para o cuidado em saúde (SENA, 2020b) etc.

Entretanto, o que a proposta de contra colonizar os letramentos mobiliza é avançar mais em um processo de empatia severa ou crítica, em que as pesquisas, os modos de fazê-las, os desdobramentos e alcances delas na vida prática possam se articular entre si. Precisamente colocar em prática a confluência, em que saberes produzidos sobre esses temas sociais possam necessariamente influir nas instituições sociais, jurídicas, políticas, na busca por alternativas sociais que confrontem uma subjetividade neoliberal que nos aliena da nossa razão coletiva enquanto humanidade.

Argumento que contra colonizar os letramentos nos leva a ancorar nossas pesquisas, aulas e outras atividades que envolvam a linguagem, em apostas interdisciplinares, articuladas entre diferentes agentes, assinadas e construídas entre acadêmicos e movimentos sociais, que rompa com a crítica burguesa que, por exemplo, quer debater o combate a exploração de recursos hídricos, economizando o chuveiro de casa, quando precisamos de mobilização e reflexão sobre os agentes causadores dos problemas ambientais, como as grandes empresas e o papel do Estado nessas ações. Há um letramento urgente sobre temas que impactam a vida de todas as pessoas, independente do lugar que ocupam na hierarquia social. A covid-19 foi nosso grande chamado para esse tipo de reflexão.

Para fechar essas reflexões, é possível trazer um exemplo de um trabalho desenvolvido coletivamente, por meio de um projeto de pesquisa e extensão⁵, com letramento digital na comunidade ribeirinha Ilha das Onças, no Pará. Para a realização das atividades de letramentos, foi necessária uma articulação às condições locais, deslocando as/os discentes da escola sobre as palafitas para os barcos, transformados em salas de aula. Ler o mundo social deles no solicitava esse deslocamento, para que conjuntamente pudéssemos trabalhar a escrita do gênero notícia e a construção de um informativo digital⁶, foco da nossa atividade. Nesse processo, leitura e escrita se articularam a profundos debates sobre a vida social na ilha, com base na experiência deles/as, e a prática de letramento digital se ampliou, quando diferentes letramentos constituíram o processo. Meio ambiente, relações de trabalho, questões de gênero foram temas demandados pelas/os discentes e

⁵ Linguagem e Comunicação: processos de inclusão digital na ilha das onças.

⁶ <https://www.yumpu.com/pt/document/read/13055165/processo-de-inclusao-digital-na-ilha-das-oncas>. Acesso em: 20 out. 2022.

que se transformaram em textos e notícias do informativo digital (MARACAIPE; SENA, 2010).

Nessa proposta, há uma ação direta e intervencionista realizada por jovens pesquisadores/as, condições de realização institucional e vontade político-educacional. Não acredito que essa seja a única forma possível de fazemos atividades de letramentos mais engajadas, mas parto dessa experiência para fazer uma (auto)crítica sobre os limites dos nossos discursos e práticas quando nos intitulamos decoloniais, por exemplo, um termo, ao meu ver, tantas vezes banalizado quando vemos pesquisadores reproduzindo lógicas coloniais, das bibliografias escolhidas aos modos como fazem pesquisa, como se engajam sobre as temática sociais e como se comportam do alto dos seus gabinetes acadêmicos.

Passar a viver em um grande centro urbano como o Rio de Janeiro me colocou em fricção com os limites e possibilidades de pensar-fazer a partir de uma lógica que não reproduza a hierarquia dos gabinetes sobre as zonas periféricas brasileiras, seja dentro do próprio Estado do RJ, seja na colonização endógena, sudeste-norte (ou sudeste e todas as demais regiões do país).

Com base em tudo que foi explanado, e tendo em vista o estreito espaço para essas elaborações neste texto, argumentamos que investir nas práticas de letramentos em perspectiva contra colonial, pode ter ganhos profundos na construção de repertórios críticos para a educação de discentes e professores/as de linguagem. Nesse sentido, dialogamos frontalmente com a visão decolonial, mas apostamos na ampliação do quadro de possibilidades reflexivas, entendendo que a aposta contra colonial contribui na construção de uma crítica da colonialidade com arranjos baseados em outras práticas e modos de vida, talvez mais viscerais e que impliquem uma empatia severa com aqueles/as que estão em profundo sofrimento humano e não pertencem às nossas bolhas acadêmicas/sociais.

Referências

ABRAHÃO, A. L. *et al.* O pesquisador IN-MUNDO e o processo de produção de outras formas de investigação em saúde (a título de fechamento, depois de tudo que escrevemos). In: GOMES, M. P. C.; MERHY, E. E. (Eds.). *Pesquisadores IN-MUNDO: um estudo da produção do acesso e barre em saúde mental*. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2014.

ADICHIE, C. N. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CONNELLY, F. M.; CLANDININ, D. J. *Pesquisa Narrativa. Experiência e História em Pesquisa Qualitativa*. Uberlândia, MG: EDUFU, 2011.

DE FINA, A.; GEORGAKOPOULOU, A. *Analyzing narrative. Discourse and sociolinguistic perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs 1. Capitalismo e Esquizofrenia*. Rio de Janeiro: 34 Editora, 1995.

FABRÍCIO, B. F. Mobility and discourse circulation in the contemporary world: the turn of the referential screw. *Revista da Anpoll*, n. 40, p. 129-140, 2016.

- FERREIRA, A. J. Letramento Racial Crítico. In: MATOS, D. E SOUSA, C. (Org.). *Suleando conceitos e linguagens: decolonialidades e epistemologias outras*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022. p. 207-214.
- FREEMAN, M. Why narrative is here to stay. A return to origins. In: HYVÄRINEN, M; HATAVARA, M; HYDEN, L-C. (orgs.). *The travelling concepts of narrative*. Amsterdam: John Benjamins, 2013.
- FREITAS, L. F. R.; DIAS, M. S. Dossiê Linguagem, Narrativas e Subjetividade. *Caderno de Letras*, n. 40, 2021.
- FREITAS, L. F. R.; MOITA LOPES, L. P. Sobre feminismo, sobre racismo, sobre xenofobia, sobre tudo. Desequilíbrios narrativos em performances heterossexuais de um aluno migrante branco. *Calidoscópio*, v. 15, p. 305-216, 2017.
- GONZALEZ, L. *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaio, Intervenções e Diálogos*. Rio Janeiro: Zahar, 2020.
- HARAWAY, D. J. *Simians, cyborgs, and women: the reinvention of nature*. Nova Iorque: Routledge, 1991.
- INGOLD, T. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. Trad. Leticia Cesarino. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 25-44, 2012.
- KIM, J-H. *Understanding Narrative Inquiry*. Los Angeles, London, New Delhi, Singapore, Washington DC, Boston: Sage, 2016.
- KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- LANDER, E. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber. Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, p. 21-53, 2005.
- LARROSA, J. (org.). *Narrativa, identidade y desidentificación*. In: *Déjame que te cuente. Ensayos sobre narrativa y educación*. Barcelona: Laertes, 1995.
- LATOUR, B. *Reagregando o social*. Salvador: Eufba, 2012.
- MARACAHIBE, A. L.; SENA, J. Saberes e Letramentos contemporâneos: práticas de leitura e escrita de alunos ribeirinhos. In: SIMÕES, M. P. S. G. (Org.). *Navegando entre o Rio e a Floresta por vias do Marajó: com vista a ensino, pesquisa e extensão*. Belém: NUMA, v. 15, 2010. p. 309-324.
- MCEWAN, C. *Postcolonialism, Decoloniality and Development*. Nova Iorque: Taylor & Francis, 2018.
- MIGNOLO, W. Colonialidade. O lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira Ciências Sociais*, v. 32, n. 94, p. 1-18, 2017.
- MIGNOLO, W. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, E (org.). *A colonialidade do saber. Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 71-103.
- MIGNOLO, W; WALSH, K. *On Decoloniality. Concepts, analytics, praxis*. Londres: Duke University Press, 2018.

- MIGNOLO, W; WALSH, K. *The politics of decolonial investigations*. Londres: Duke University Press, 2021.
- MOITA LOPES, L. P. Os espaçotempos da narrativa como construto teórico-metodológico na investigação em Linguística Aplicada. *Caderno de Letras*, n. 40, p. 11-33, 2021.
- MOITA LOPES, L. P. *Português no Século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico*. São Paulo: Parábola, 2013.
- MOMBAÇA, J. *Não vão nos matar agora*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.
- QUIJANO, A. Coloniality and modernity/rationality. *Cultural Studies*, 21: 2, p. 168- 178, 2021.
- QUIJANO, A. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.) *A colonialidade do saber*. Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278,
- QUIJANO, A. Colonialidade del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (Org.) *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Caracas: FACES/UCV UNESCO, 2019.
- QUIJANO, A. Colonialidad y Modernidad-racionalidad. In: BONILLO, H. (org.). *Los conquistados*. Bogotá: Tercer Mundo Ediciones; FLACSO, p. 437- 449, 1992.
- SANTOS, A. *Colonização, Quilombos: modos e significados*. Brasília: INCTI/UnB, 2019[2015].
- SENA, J. O protagonismo da linguagem na produção de corpos, discursos e práticas de resistência. *Percursos Linguísticos*. v. 10 n. 25, p. 123-143, 2020a.
- SENA, J. Corpos dissidentes, saúde sexual e microbiopolíticas de resistência na Amazônia Atlântica. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 59, p. 1710-1734, 2020b.
- SOUSA SANTOS, B. *O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- SOUZA, A. L. *Letramentos de Reexistência: poesia, grafite, música, dança:hip hop*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
- WORTHAM, S. *Narratives in Action*. New York: Teacher's College Press, 2001.

Recebido em: 01/03/2022.

Aceito em: 30/08/2022.